

O PACTO EDUCATIVO GLOBAL DO PAPA FRANCISCO: INTERLOCUÇÕES COM O BRASIL

THE GLOBAL EDUCATIONAL PACT OF POPE FRANCIS: INTERLOCUTIONS WITH BRAZIL

João Felipe Silveira Ribeiro¹

Diego Carlos Zanella²

Márcio Paulo Cenci³

Marcos Alexandre Alves⁴

RESUMO

Desde o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica tem motivado o progresso social da humanidade em prol de uma educação que envolva o “bem comum” e o “direito universal”. O Papa Francisco propõe a celebração de um Pacto Educativo Global, unindo toda a sociedade para que se renove o amor por uma educação mais aberta e inclusiva em prol das futuras gerações. Através de políticas públicas coerentes com as múltiplas realidades, valorizando uma educação centrada na pessoa em consonância com o coletivo, direcionando para uma educação humanizadora com a meta de formar seres humanos com valores éticos e morais. Uma educação em que o ato de ensinar e aprender seja ressignificado no que já se traz de bom e que realize, assim, transformações profundas nos espaços, nas culturas e nos diferentes ambientes institucionais, com os quais colabora-se na construção, melhoria e mudança em prol de um mundo mais solidário e fraterno, começando pela transformação de cada pessoa humana.

Palavras-chave: Humanismo solidário. Cidadania. Políticas públicas. Educação. Ensino.

1 Graduado em Filosofia: bacharelado (PUCPR) e licenciatura (UFPR). Graduado em Matemática: licenciatura (FAEL) e em Pedagogia: licenciatura (FAEL). Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física (UNINTER). Desde 2019 é voluntário no Setor de Educação e Cultura da CNBB. Foi coordenador Estadual da Pastoral da Educação da CNBB, Regional Sul 2 (2017-2020). Estudante do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens, da Universidade Franciscana. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: joao.felipe@ufn.edu.br.

2 Doutor em Filosofia e mestre em Bioética. Professor de Filosofia, Bioética e Humanidades da Universidade Franciscana (UFN), coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens (PPGEHL), membro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e da Comissão de Ética nos Uso de Animais (CEUA). Membro da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB). E-mail: diego.zanella@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2180-4011>

3 Graduado em Filosofia (UNOCHAPECÓ), mestre em Filosofia (UFSM) e doutor em Filosofia (PUCRS). É docente do curso de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens (PPGEHL), da Universidade Franciscana (UFN). E-mail: mpcenci@ufn.edu.br.

4 Graduado em Filosofia: licenciatura (FAFIMC), mestre em Filosofia (UFSM) e doutor em Educação (UFPel). É Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Franciscana (UFN) e docente do curso de Filosofia e dos Programas de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens (PPGEHL) e em Ensino de Ciências e Matemática (PPGCIMAT). E-mail: marcosalves@ufn.edu.br

ABSTRACT

Since the Second Vatican Council, the Catholic Church has motivated the social progress of humanity in favor of an education that involves the “common good” and the “universal right”. Pope Francis proposes the celebration of a Global Educational Pact, uniting the whole of society so that the love for a more open and inclusive education for the benefit of future generations is renewed. Through public policies consistent with the multiple realities, valuing an education centered on the person in line with the collective, directing towards a humanizing education with the goal of forming human beings with ethical and moral values. An education in which the act of teaching and learning is re-signified in terms of what is already good, and which thus carries out profound transformations in the spaces, cultures, and different institutional environments, with which it collaborates in the construction, improvement and change in favor of a more solidary and fraternal world, starting with the transformation of each human person.

Keywords: *Solidarity humanism. Citizenship. Public policy. Education. Teaching.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo foca nas interlocuções entre os objetivos de políticas educacionais no Brasil e o Pacto Educativo Global sob a perspectiva da centralidade da pessoa. Na proposta do Pacto Educativo Global, o Papa Francisco inspira-se no provérbio da sabedoria africana, que afirma que “para educar uma criança é necessária uma aldeia inteira”. A imagem da aldeia evoca uma ampla aliança pela educação que incumbe de responsabilidade não apenas determinados atores sociais, mas pressupõe um envolvimento de toda sociedade. Esse pacto deve envolver a todos para construir uma “aldeia de educação” em que “o terreno deve ser bonificado das discriminações com uma inoculação de fraternidade” (FRANCISCO, 2019, p. 05) e propõe fortemente a construção de um novo humanismo, um humanismo solidário. “O Pontífice entende que a humanidade chegou a uma encruzilhada que impõe a revisão do caminho percorrido nos últimos séculos, responsável pela crise atual. Defende uma refundação, - um ultrapassamento - do humanismo moderno sob uma perspectiva plural, superando as vicissitudes históricas com vistas a responder mais eficazmente aos desafios próprios do século atual.” (GUIMARÃES; ALVES, 2022, p. 13).

Um dos desafios para construir esse novo humanismo está em “ter a coragem de colocar no centro a pessoa” (FRANCISCO, 2019, p. 05). Exige-se uma ‘sã antropologia’ capaz de orientar com clareza as diretrizes e sentido das políticas e práticas educativas. Essa antropologia recupera e atualiza a matriz antropológica ocidental da pessoa humana como identidade pessoal e ser com capacidade de comunicação (e relação). Sem essa referência matricial, as diretrizes para a educação podem ser deslocadas para interesses privados, econômicos e tecnológicos (ou de outra ordem), sem o respeito às pessoas, às próximas gerações e ao mundo.

Nessa premissa, Francisco faz um convite às pessoas, mas principalmente para os educadores cristãos, de modo a repensarem seus modelos ou diretrizes nas práticas educativas. No Brasil, ao acolher a proposta de Francisco, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio da Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e Educação, unida à Associação Nacional de Educação Católica (ANEC)

e a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) trabalham em inúmeras iniciativas motivando os educadores dos ambientes que envolvem o ambiente familiar, da escola e da sociedade a compreender a proposta do Pacto pela Educação. Ora, a tomada de posição seria entre “um modelo técnico-científico que prescindir de valores humanistas e espirituais ou um modelo baseado em valores capazes de orientar o progresso técnico-científico?” (CNBB; ANEC; CRB, 2020, p. 17). Ora, se a escolha for a segunda parte, o que se espera, esses valores devem permear a defesa da vida e da dignidade, como valores éticos convocados pelo Papa Francisco. Eles dizem respeito à alteridade, ajudando a superar as tendências ao egoísmo, à coisificação do ser humano e à exploração do mundo sem critérios.

Diante dos diversos sintomas e realidades de uma época com tanta indiferença e desigualdade, o Papa Francisco convida a todos, “[...] as famílias, as comunidades, as escolas, as universidades, as instituições, as religiões, os governantes, os homens e as mulheres da cultura, da ciência, do esporte, os artistas, os profissionais da mídia, toda a humanidade a assinar um pacto educativo” (FRANCISCO, 2019, p. 08). E além disso, convida a refletir e a agir por uma educação que humaniza, que seja solidária, livre e bem-intencionada, à partir do qual seja capaz de reverter a aridez, a indiferença e transformá-las em cuidado da pessoa humana, da casa comum e em cultura de paz. “As diferenças não deveriam nos apartar, mas nos entusiasmar a descobrir horizontes novos: é o que podemos chamar com o Papa de cultura do encontro” (CNBB; ANEC; CRB, 2020, p. 19).

Assim, a proposta deste artigo é apresentar aproximações entre as propostas do Pacto Educativo Global do Papa Francisco e as interlocuções com políticas públicas educacionais brasileiras. Na primeira parte, após a introdução, discute-se aspectos da relação entre cidadania e educação humanizadora, depois, passamos para alguns elementos do humanismo solidário, o novo humanismo de Francisco e, por fim, tensionamos a relação entre ética e educação, como uma forma para ressignificar as políticas educacionais.

CIDADANIA E EDUCAÇÃO HUMANIZADORA

Os valores humanizadores são notados e assumidos ao optar-se por relacionamentos solidários, aonde o respeito e a compreensão mútua constituem ingredientes fundamentais, seja na família, na escola ou na sociedade. Optar por formar a pessoa significa optar pela cultura do encontro no qual o olhar o outro humano é também encontrar o rastro do Outro. No encontro genuíno entre pessoas humanas, experimenta-se a necessidade de conviver bem, de dar e receber ajuda, de escutar e ser escutado, de amar e ser amado. Não seria esta a experiência do amor de Deus? Na Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco fala sobre a fraternidade e a amizade social.

Sendo assim, o amor implica algo mais do que uma série de ações benéficas. As ações derivam de uma união que propende cada vez mais para o outro, considerando-o precioso, digno, aprazível e bom, independentemente das aparências físicas ou morais. O amor ao outro por ser quem é impele-nos a procurar o melhor para a sua vida. Só cultivando esta forma de nos relacionarmos é que tornaremos possível aquela amizade social que não exclui ninguém e a fraternidade aberta a todos (FRANCISCO, 2020, p. 48; FT 94).

A renovação proposta pelo sumo pontífice na Carta Encíclica *Laudato Si'*, afirma que se vive atualmente uma crise socioambiental, fruto da ação humana ao longo das últimas décadas, sobretudo, a partir do modelo de desenvolvimento econômico adotado por vários países. As saídas para superar esta crise exigem que busquemos soluções baseadas na educação e conscientização ambiental em uma abordagem integral, que se preocupe em combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza (cf. FRANCISCO, 2015).

Partindo do pressuposto de que tudo está interligado, a abordagem integral demanda que se contemple as dimensões ambiental, humana, social, econômica e cultural. Ou seja, uma transformação completa e profunda que articule diferentes perspectivas da vida em sociedade, sob a ótica socioambiental, na qual seres humanos e natureza coexistam plenamente (CNBB; ANEC; CRB, 2020, p. 21).

Ao alertarem para um termo recentemente utilizado pelo Papa Francisco em seu pontificado, a saber, a bioética global, mas com profunda relação com todo o seu pensamento, os autores apontam para a necessidade de mudança do comportamento humano.

A bioética global de Francisco exige, portanto, com que se mudem as condutas, os paradigmas, tanto na esfera individual quanto coletiva, em vista à sobrevivência humana, respeitando a pluralidade cultural e ética e a rica diversidade do planeta. O atual estilo de vida clama por um conhecimento ecológico e por uma moralidade que possa assegurar não somente os interesses atuais, mas também das futuras gerações (SGANZERLA; PESSINI; ZANELLA, 2020, p. 683).

Essa reivindicação está presente no atual chamado do Pacto Educativo. Assim, o Papa Francisco convida a participar, refletir e agir no Pacto Educativo Global como um eco mundo afora, reverberando no coração das pessoas que acolhem com respeito esta novidade. Desta forma, com o diálogo inter-religioso, social e cultural são apresentados alguns encaminhamentos práticos com objetivos para contribuir nos diversos contextos educacionais para bem compreender e viver o Pacto Educativo Global. Uma educação centralizada na pessoa, norteadas para uma educação humanizadora com a meta de formar seres humanos com valores éticos e morais, nos quais o ato de ensinar, aprender e aperfeiçoar o que já se traz de bom, realizando transformações profundas nos ambientes frequentados, na cultura e nos diferentes espaços institucionais. As melhorias nas mudanças do mundo começam pela transformação de cada pessoa humana.

Construir e colaborar na Aldeia da Educação proposta por Francisco, requer compromisso e cidadania. Se,

para educar uma criança é necessária uma aldeia inteira, resta-nos perguntar: como está organizada essa aldeia? Quem são os responsáveis que habitam nela? A relação de cidadania da ideia de uma aldeia nos direciona a uma compreensão de realidades urbanas e rurais tão distantes, mas muito próxima a nossa cultura brasileira. Entretanto, esse modelo de organização social, mais rural do que urbano, em que as relações sociais são baseadas em responsabilidades no modelo pragmático de ação educativa. A aldeia é uma forma de organizar a sociedade baseada na corresponsabilidade de que cada morador responsável, com suas habilidades e

Thaumazein, Ano XI, v. 16, n. 31, Santa Maria, p. 79-90, 2023.

possibilidades neste processo organizacional daquela comunidade. A educação pensada a partir da aldeia é tomada, então, como uma responsabilidade de todos, porque todos sabem do valor de ensinar as crianças e os jovens: é a garantia de um futuro melhor para eles e da longevidade da comunidade (CNBB; ANEC; CRB, 2020, p. 11).

No trabalho educativo, é necessário desenvolver a coragem da alteridade que, na afirmação do Papa Francisco, supõe o reconhecimento do outro e da sua liberdade, bem como a defesa de seus direitos fundamentais. Esta coragem da alteridade é a alma do diálogo, única forma de deter o avanço das guerras. Por isso, importa adotar a cultura do diálogo como caminho, a colaboração comum como conduta, o conhecimento mútuo como método e critério.

Trata-se, pois, de uma relação entre os seres humanos, irredutível ao conhecimento e à representação, que respeita e resguarda a Alteridade do Outro como Outro. A educação, descrita com base na ética, questiona qualquer forma de assimilação do Outro pelo Mesmo, isto é, dilacera o esforço que o eu possui de constituir totalidade filosófica ou pedagógica (ALVES, 2013, p. 30).

Assim, uma educação comprometida e alicerçada entre ligações com o diálogo e a paz com naturalidade, comprometida com a tolerância, com a superação do extremismo e intolerância religiosa e nacional. Através da empatia e escuta atenta, a reconciliação e a solidariedade as distintas vítimas da violência social.

No mundo atual, destacamos as responsabilidades educativas adequadas nesta atribuição exclusivamente para a escola o papel de educar e formar, é de competência da comunidade a qual pertence o educando. Percebe-se uma dificuldade de responsabilizar o papel da família no processo formativo, sem questionar, ouvir, orientar e nem mesmo compreender o lugar da família na humanidade contemporânea.

A educação adequada para viver numa democracia pluralista deve ser multicultural, quero dizer com isso uma educação que familiarize os alunos com alguns fundamentos básicos sobre as histórias e culturas dos inúmeros grupos com os quais compartilham leis e instituições (NUSSBAUM, 2015, p. 91).

A sociedade e suas pluralidades fazem parte da aldeia educativa, muitas vezes desresponsabilizada do compromisso de educar, nesta complexidade define quem é a sociedade. O Papa Francisco nos propõe o alinhamento da escola-família-sociedade com o objetivo de educar para além das concepções simplificadas, reduzidas e impostas de uma pedagogia conteudista, mas valorizar uma educação como processo de construção da cidadania global. Neste caminho construtivista, todos os cidadãos têm a responsabilidade de colaborar, constituir e apoiar a aldeia que educa para a vida.

Enfim, o paradigma emergente busca provocar uma prática pedagógica que ultrapasse a visão uniforme e que desencadeie a visão de rede, de teia, de interdependência, procurando interconectar vários interferentes que levam o aluno a uma aprendizagem significativa, com autonomia, de maneira contínua, como um processo de aprender a aprender para a toda a vida (BEHRENS, 2013, p. 111).

Na reconstrução do Pacto Global Educativo enfrentaremos o desafio de recuperar a responsabilidade dos pais na formação de seus filhos. Em outras palavras, é necessário que a família exerça o seu ofício de educar com autoridade e com amor que lhes é exigido. No Pacto é preciso debater sobre os rumos que a educação familiar vem tomando, entre o extremo da falta de zelo e o excesso de protecionismo, entre o relativismo moral e a rigidez comportamental, entre a permissividade e a violência.

No vértice da aldeia perdida, encontramos a família que dialoga, que está afetiva e efetivamente presente e que educa pelo exemplo e pela palavra. Uma família que, apesar das contradições do tempo e dos riscos assumidos, comporta-se como ninho de amor. O Pacto Educativo Global deve enfrentar os desafios da educação dos filhos e trazer proposições para o papel da família, a partir de uma escuta atenta dos sinais dos tempos e da orientação do Magistério da Igreja, sobretudo das considerações do Papa na exortação *Amoris Laetitia*.

Dou graças a Deus porque muitas famílias, que estão bem longe de se considerarem perfeitas, vivem no amor, realizam a sua vocação e continuam caminhando, embora caiam muitas vezes ao longo do caminho. Partindo das reflexões sinodais, não se chega a um estereótipo da família ideal, mas um interpelante mosaico formado por muitas realidades diferentes, cheias de alegrias, dramas e sonhos. As realidades que nos preocupam, são desafios. Não caímos na armadilha de nos consumirmos em lamentações autodefensivas, em vez de suscitar uma criatividade missionária (FRANCISCO, 2016, p. 41; AL 57).

Enquanto ambiente pedagógico, a escola transcende os muros, salas de aulas, laboratórios e coloca os educandos em contato com o mundo ao seu redor como protagonistas de seus processos formativos. O facilitador desse processo formativo é o educador, que com competência partilha os saberes, faz a mediação com as relações, juntamente com os educandos em relação ao mundo em que vivemos.

Uma educação que pretende orientar, acompanhar e zelar as crianças e jovens rumo à uma cidadania global e que almeja na formação das pessoas integradas e conscientes, priorizando a vocação do educador-pedagogo, que é aquele que caminha com os educandos, motivando e os incentivando a tornarem-se melhor. Por isso, o educador está permanentemente em formação para que, além de dar sempre o melhor de si, procure descobrir e revelar o maior tesouro presente em cada estudante, a sabedoria. Assim, o educador compreende que o seu ofício de ensinar deve ser vivenciado como um trabalho que promova a qualidade de vida naqueles que lhe são confiados.

A formação profissional continua dos sujeitos envolvidos - professor e estudante - como princípio norteador, de modo a compor ações de responsabilidade pessoal e institucional, na construção continuada do profissional necessária aos desafios da realidade atual. A importância de processos colegiados na busca desta formação continuada, na valorização do individual como parte de um coletivo que interage, de forma responsável e atuante. (ANASTASIOU, 2009, p. 41).

O Pacto Educativo Global, nesta parceria com a sociedade civil, solicita em todas as suas formas de expressão, a manter-se atentos e vigilantes para não substituir o ideal da educação integral por uma educação direcionada nos interesses no mercado e do lucro. A sociedade civil deve participar da formação da pessoa na sua totalidade, em sua integridade, como finalidade a formação integral dos educandos.

O papel da sociedade civil é a confirmação do pacto da aldeia educativa, para que as famílias e as escolas mantenham seus esforços para bem educar à integralidade da pessoa humana, a sociedade tende a reforçar o seu compromisso educativo. Por essa razão, também se destaca as iniciativas educativas não formais ou popular, que são norteadas a intenção da sociedade de educar na perspectiva do Papa Francisco.

EDUCAR: HUMANISMO SOLIDÁRIO

Priorizar por uma educação centralizada na valorização da pessoa não requer uma educação centrada no indivíduo, mas valorizando o compromisso comunitário. Pelo contrário, se a compreensão da noção de pessoa unir identidade e comunicação, este modelo educativo não pode nortear da formação para a coletividade.

O desafio de afirmar a centralidade da pessoa exige coragem é porque a implica certa compreensão da noção de centralidade da pessoa como uma tomada de posição relacional. Se todas as práticas estão conectadas, precisamos de guias para nos orientar na chamada ecologia integral. Somente assim “(...) coloca-se no centro o valor próprio de cada criatura, em relação com as pessoas e com a realidade que a rodeia, e propõe-se um estilo de vida que rejeite a cultura do descarté.” (FRANCISCO, 2019, p. 05). Além disso, “A educação centrada na pessoa não impõe, mas valoriza os modos de ser ao sujeito, propondo um caminho constituído na valorização da dignidade da pessoa humana - e tudo o que isso significa de modo concreto - sejam colocados no centro” (CNBB; ANEC; CRB, 2020, p. 18).

Nota-se que afirmar a centralidade da pessoa não é simples redução a um antropocentrismo. Guimarães e Alves (2022, p. 14) esclarecem isso:

O papa tem resgatado uma visão de ser humano como centro e fim das ações econômicas, nelas incluídas também as conquistas tecnológicas, mas sem perder de vista que mulheres e homens não subsistem desconectados da imensa teia da qual depende toda a forma de vida. Com essa compressão, Francisco se distancia do antropocentrismo tipicamente moderno. A própria ideia de centro parece esvanecer. O ser humano é o centro como toda forma de vida é centro e está no centro.”

Ao centralizar a pessoa humana como valor máximo, a declaração sobre a educação cristã, do Papa Paulo VI, *Gravissimum Educatonis*, logo no início ao abordar o direito universal à educação, afirma que todos os seres humanos “visto gozarem da dignidade da pessoa, têm direito inalienável a uma educação correspondente ao próprio fim” (GV 1). Ao destacar a dignidade da pessoa humana e o direito universal à educação, quer-se promover

um encontro para reavivar o compromisso em prol e com as gerações jovens, renovando a paixão por uma educação mais aberta e inclusiva, capaz de escuta paciente, diálogo construtivo e mútua compreensão. Nunca, como agora, houve necessidade de unir esforços numa ampla aliança educativa para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna (FRANCISCO, 2019).

Uma educação que direcione à formação de vínculos comunitários baseados na responsabilidade de uma autêntica transformação da sociedade. Por isso, o Pacto Educativo Global nos motiva a educar ao humanismo solidário para a responsabilidade, valorização e compromisso comunitário com o diálogo nas diferenças, na superação da economia do lucro, no olhar para a casa comum e para as múltiplas formas de vida e na valorização do que é simples e belo.

Uma educação humanizada, portanto, não se limita a fornecer um serviço de formação, mas cuida dos seus resultados no quadro geral das capacidades pessoais, morais e sociais dos participantes no processo educativo; não pede simplesmente ao professor para ensinar e ao aluno para aprender, mas exorta cada um a viver, estudar e agir de acordo com as premissas do humanismo solidário; não prevê espaços de divisão e contraposição mas, pelo contrário, oferece lugares de encontro e debate para realizar projetos educativos válidos; trata-se de uma educação - ao mesmo tempo - sólida e aberta, que derruba os muros da exclusividade, promovendo a riqueza e a diversidade dos talentos individuais e expandindo o perímetro da própria sala de aula a cada âmbito da experiência social em que a educação pode gerar solidariedade, partilha, comunhão (VERSALDI; ZANI, 2017, n. 10).

Ao valorizar a economia solidária que está comprometida nas iniciativas coletivas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito orientadas por princípios democráticos e igualitários. O Pacto Educativo Global sugere uma superação de modelos econômicos do lucro, para uma geração de uma economia inclusiva. Refere-se, portanto, a uma resposta à exclusão do mercado e denúncia à alienação do consumo em demasia na sociedade. Ao investir nos empreendimentos econômicos solidários, os trabalhadores desempregados e excluídos terão vez, voz e um meio de sustento para redefinir sua dignidade e identidade social.

Direcionado para um desenvolvimento e melhor organização da sociedade, a economia solidária é praticada em um contexto adverso ao capitalismo neoliberal. Com princípios que superam a questão econômica e a redemocratização da sociedade. Formando cidadãos que tenham uma educação financeira, isto é, que saibam a importância de partilhar, que não se apeguem a bens materiais e existências apenas para a acumulação, que através do discernimento do uso consciente dos bens naturais com respeito à Casa Comum e que valores humanos solidários sejam a maior riqueza e jamais uma demagogia exploratória social com os seus irmãos.

ÉTICA E EDUCAÇÃO: RESSIGNIFICAR AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

As políticas educacionais estão dentro das políticas públicas sociais do Brasil, fomentando-se como normatização do Estado, orientada pela sociedade civil, de modo a garantir o direito universal à educação de qualidade, bem como o pleno desenvolvimento do educando. Porém, para construir uma política pública que seja eficiente, especialmente na área educacional, precisa servir todos os cidadãos, respeitando suas necessidades, anseios e realidades.

As políticas educacionais são alicerçadas na construção de valores e conhecimentos que possibilitam o pleno desenvolvimento do educando, incluindo suas capacidades de comunicação, compreensão

do mundo ao seu redor, discernimentos e exercer a cidadania. Para um desenvolvimento social e econômico é de extrema importância incentivar e investir na educação.

No período em que as pessoas começaram a exigir a autonomia democrática, a educação sofreu uma remodelação mundial e criou o tipo de aluno que funcionaria bem nessa forma de governo exigente: não um cavalheiro culto, cheio de sabedoria ancestral, mas um membro atuante, crítico, ponderado e compreensivo de uma comunidade de iguais, capaz de trocar ideias com pessoas de diferentes origens baseando-se no respeito e na compreensão (NUSSBAUM, 2015, p. 142).

No contexto ético educacional, o pontífice apresenta, através do seu discurso, a intenção da temática “Reconstruindo o pacto educacional global”, esta iniciativa com o objetivo de construir um caminho comum da “aldeia de educação” para reavivar o compromisso com as gerações atuais renovando a paixão por uma educação mais aberta, reflexiva e inclusiva, com a escuta paciente, o diálogo construtivo e a compreensão.

A educação popular da sociedade civil está incluída no Pacto Educativo Global, reforçando e ampliando a educação escolar, realizada por uma instituição educacional. Há aprendizagens e saberes em outros lugares sociais, através da educação não formal da educação popular. A própria Igreja Católica, no decorrer de sua história, motivou a criação e o desenvolvimento de atividades educativas além da catequese, fundação de colégios, universidades e obras caritativas e educativas. Diversos momentos de encontros formativos sistematizados, contextualizados e organizados para crianças, jovens, trabalhadores e famílias.

A sociedade é o espaço propício para a participação social, da informação sobre os interesses da comunidade e as devidas ações coletivas. Promover ações de ensino e aprendizagens que promovam o pleno desenvolvimento integral da pessoa e por consequência a construção de uma nação igualitária, justa e fraterna. Neste conceito a importância de ressignificar e atualizar constantemente as políticas educacionais e suas práticas pedagógicas.

Objetiva-se caracterizar cada fase proposta para provocar um salto qualitativo, enfatizando que se pretende apontar algumas opções metodológicas que atendam ao paradigma emergente (visão sistêmica, abordagem progressista e ensino com pesquisa) e que busquem tornar a prática pedagógica inovadora, com vistas à formação de um homem ético e um cidadão responsável pela sua qualidade de vida e a de seus semelhantes (BEHRENS, 2013, p. 98).

No Brasil, as políticas públicas são permeadas dentro de um processo pedagógico a nível nacional, discutindo-se as temáticas pertinentes para garantir uma educação de qualidade, “com base na legislação, com a participação da sociedade como um todo, educadores, alunos, pais e governo” (UNYLEYA, 2022, p. 1). As políticas educacionais têm origem e fundamentação através das leis votadas pelo Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, embora membros do Poder Executivo também possam propor ações nessa área. Aos cidadãos cabe participar dos conselhos de políticas públicas, que são espaços de discussão de demandas.

Dessa forma, as políticas educacionais podem ser entendidas como um meio de construção de valores e conhecimentos que possibilitam o pleno desenvolvimento do educando, incluindo sua capacidade de se comunicar, compreender o mundo ao seu redor, defender suas ideias e exercer a cidadania. Ao estabelecer modelos educacionais concebidos pelos cidadãos e pelo governo, essas políticas públicas viabilizam a criação de uma sociedade apta para trabalhar, questionar e contribuir com o crescimento da nação, sendo de extrema importância para o país.

As políticas educacionais no país precisam levar em consideração, acima de tudo, os aspectos abordados pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), especialmente a garantia do direito de acesso à educação a qualquer brasileiro. Em seu artigo 3º, a LDB atesta que o ensino deverá considerar os princípios de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender [...]; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação escolar e garantia de padrão de qualidade”.

Portanto, considerando a importância do Pacto Educativo proposto por Francisco e a educação como um direito social garantido pela Constituição Federal, podemos dizer que as políticas educacionais fazem parte do processo de crescimento e desenvolvimento do nosso país, pois promovem mudanças significativas para o Brasil que conhecemos e vivemos. A sociedade deve participar ativamente da criação de programas e ações voltados para a educação, levando ao poder público suas sugestões e as responsabilidades dos governantes a qualidade de ensino assegurada pela legislação, especialmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para serem efetivas, as políticas educacionais devem levar em consideração diversos aspectos relacionados à atual realidade da educação brasileira, inclusive a situação de vulnerabilidade social em que se encontram diversos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de qualidade com suficiente infraestrutura, intencionalidade pedagógica, para a formação integral é um direito fundamental a todas as pessoas. A centralidade da pessoa requer um compromisso concreto para a paz, o que significa acolhida e respeito à alteridade com o outro, promoção do diálogo entre culturas, gerações e religiões, construção de relações saudáveis entre Deus, o próximo e a terra.

O Papa Francisco diante dos imensos desafios encontrados no ambiente da educação tem insistido na necessidade de reconstruir o “Pacto Educativo”, e com isso uma ampla reflexão com objetivo de firmar um Pacto Global pela Educação. Trata-se de um projeto que ultrapassa nações, igrejas, religiões, governos, pois centra-se no compromisso com a educação como “bem comum” e como “direito universal”. Francisco reconhece a necessidade de unir esforços para formar pessoas com maturidade ética e com responsabilidade social na construção do bem comum.

O Pacto Educativo inspira e motiva na caminhada formativa educacional, enfatizando a necessária cooperação com todos na sociedade. A Igreja, associações, instituições governamentais são chamadas a renovarem o compromisso em colaborar efetivamente na aldeia que educa. O Pacto insere-se na compreensão de um mundo fraterno, no qual a educação é o meio em que se pode criar a verdadeira fraternidade. O grande desafio é educar em uma perspectiva do encontro, do diálogo entre culturas, religiões e

gerações. Nesse sentido, fecundas podem se tornar efetivas as políticas educacionais. A comunhão das pessoas se torna solo fecundo e primordial para a reflexão sobre o Pacto Educativo, pois esse propõe colocar no centro o desenvolvimento integral humano da pessoa e a proteção da casa comum. Os debates ao redor do Pacto podem também reanimar os educadores, as famílias e toda a sociedade na bela e desafiante missão educativa. Conscientes dessa aliança, muitos podem assumir o “compromisso pessoal e comunitário de cultivar, juntos, o sonho de um humanismo solidário, que corresponda às expectativas do homem e ao desígnio de Deus”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcos Alexandre. Educação e Alteridade: o ensino como acolhimento e responsabilidade ética em Levinas. **Imagens da Educação**, v. 3, n. 2, p. 27-36, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v3i2.20127>. Acesso em: 06 jan. 2023.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville, SC: UNIVILLE, 2009.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://bit.ly/3yoqZM8>. Acesso em: 06 jan. 2023.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Associação Nacional de Educação Católica (ANEC); Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). **A Igreja no Brasil, com o Papa Francisco, no Pacto Educativo Global**. Brasília: CNBB, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3JmpVi8>. Acesso em: 06 jan. 2023.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). **Comissão Episcopal Pastoral para Cultura e Educação Setor Educação: XX**. Encontro Nacional da Pastoral da Educação - Texto de Trabalho. Brasília: CNBB, 2020.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). **Pastoral da Educação: Estudo Nacional para Diretrizes Nacionais** - Estudos da CNBB 110. Brasília: CNBB, 2016.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). **Pensando o Brasil: educação**. Brasília: CNBB, 2017.

CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera; DE PAULA, Jorge Luiz; CHESINI, Cláudia (orgs.). **Dicionário do pacto educativo global**. Curitiba: ANEC, 2021.

CORAZZA, Helena. Educomunicação e Pacto Educativo Global: diálogos possíveis para uma ecologia integral. **Intercom** - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (UFPB), 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3ZNXkI5>. Acesso em: 06 jan. 2023.

FRANCISCO, Papa. **Amoris Laetitia; a alegria do amor: sobre o amor na família (AL)**. São Paulo: Loyola, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3ZNJyFu>. Acesso em: 06 jan. 2023.

FRANCISCO, Papa. **Encontro “religiões e educação”**: Pacto Educativo Global. Discurso do Papa Francisco, 5 de outubro de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3msmmhz>. Acesso em: 06 jan. 2023.

FRANCISCO, Papa. **Fatelli tutti; todos irmãos**: sobre a fraternidade e a amizade social (FT). São Paulo: Loyola, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3SXDh7H>. Acesso em: 06 jan. 2023.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si’; Louvado sejas**: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Loyola, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3L3gO7m>. Acesso em: 06 jan. 2023.

FRANCISCO, Papa. **Mensagem do Papa Francisco para o lançamento do Pacto Educativo**. 12 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3kX4qLK>. Acesso em: 06 jan. 2023.

GUIMARÃES, Joaquim Giovanni Mol; ALVES, Clademir Francisco, Apresentação. GUIMARÃES, Joaquim Giovanni Mol (et al.). O novo humanismo: paradigmas civilizatórios para o século XXI a partir do papa Francisco. São Paulo: Paulus, 2022. p. 09-30.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

PAULO VI, Papa. **Declaração Gravissimum Educationis sobre a educação cristã (GV)**. 1965. Disponível em: <https://bit.ly/3J4tsAG>. Acesso em: 06 jan. 2023.

SGANZERLA, Anor; PESSINI, Leo; ZANELLA, Diego Carlos. A bioética de Francisco: elementos para a construção de uma bioética global cristã. **Horizonte**: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 18, n. 56, p. 675-702, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2020v18n56p675>. Acesso em: 06 jan. 2023.

SOUZA, Robson Sávio Reis. A aurora de um novo humanismo: ideias e ações do papa Francisco. In. GUIMARÃES, Joaquim Giovanni Mol (et al.). O novo humanismo: paradigmas civilizatórios para o século XXI a partir do papa Francisco. São Paulo: Paulus, 2022. p. 35-69.

UNYLEYA. O que São as Políticas Educacionais. Março/2022. Disponível em: <https://bit.ly/2GjAJNZ>. Acesso em: 06 jan. 2023.

VERSALDI, Giuseppe; ZANI, Angelo Vincenzo. Congregação para a educação católica. **Educar ao humanismo solidário**: para construir uma “civilização do amor” 50 anos após a Populorum progressio. Roma, 16 de abril de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3IWGr7o>. Acesso em: 06 jan. 2023.